

O EIXO DAS NOVAS TENDÊNCIAS DOS NEGÓCIOS INTERNACIONAIS - REFLEXÃO SOBRE A CHINA

Artur Soave Frezza

Professor de Economia em Administração e Controladoria em Gestão Financeira
Mestrando em Negócios Internacionais pela Must University.
Faculdade de Americana,
E-mail.: arturfrezza@gmail.com

Resumo

Este artigo, tem por objetivo refletir sobre o presente e o futuro das relações comerciais que a China desenvolveu no âmbito dos negócios internacionais, respondendo a questionamentos tais quais: qual é a relação à ascensão da economia chinesa no cenário econômico mundial? Por que se deu a aproximação da China com os países em desenvolvimento como os da América Latina e da África? Terá mesmo a China capacidade para deslocar economia do Ocidente para o Oriente? Assim se buscará primeiramente evidências de como a China se tornou um player que disputa a liderança na economia global, e quais os fatores que os levaram a terem empresas multinacionais que disputam espaço com as maiores do mundo. Buscar-se-á as características destas principais evidências da força chinesa e como os principais desafios futuros dos negócios internacionais globalizados e a aplicação da política da “Nova Rota da Seda” do presidente Xi Jinping podem impulsionar o crescimento mundial.

Palavras-chave: China. Negócios Internacionais. Nova Rota da Seda.

Abstract

This article aims to reflect on the present and the future of the commercial relations that China has developed in the scope of international business, answering questions such as: what is the relationship with the rise of the Chinese economy in the world economic scenario? Why did China get closer to developing countries like those in Latin America and Africa? Does China really have the capacity to shift the economy from the West to the East? So we will first look for evidence of how China has become a player that competes for leadership in the global economy, and what factors have led them to have multinational companies that compete for space with the largest in the world. We will look at the characteristics of these main evidences of Chinese strength and how the main future challenges of globalized international business and the application of President Xi Jinping's “One Belt, One Road” policy can boost world growth.

Keywords: China. International Business. One Belt, One Road.

INTRODUÇÃO

Este trabalho visa olhar para as relações comerciais no âmbito que a China desenvolveu com seus parceiros comerciais junto a revolução dos transportes e comunicação que possibilitou o processo de globalização, processo que se iniciou em 1990 (Teles & Souza, 2017). Se pode perceber ainda segundo Nonnenberg (2010), que este processo se dá desde 1978, com a baixa da inflação, globalização e outros fatores que serão tratados mais a frente. O mundo globalizado com a força do capital atrelado as grandes transnacionais, apresenta estes entes manipuladores da riqueza, conforme Dominiqini, *et al* (2018), elucida em seu artigo:

“trama diabólica do consumo com crédito fácil, inovações instantâneas dos produtos ofertados e obsolescência programada, todos

os habitantes do planeta são resumidos a consumidores, porém, a maior parte não se beneficia das benesses da globalização econômica.” (Dominiqini, et al, 2018)

Se percebe que a população de classes mais elevadas em seus países, ou os quais os países sejam considerados ricos se tem o benefício da globalização; porém os demais serão aqueles que trabalharam para a manutenção do sistema (Stiglitz, 2002). Em todo processo há necessidade da mão de obra, e assim estes que são países pobres são a força de trabalho e produção; enquanto não se consegue automatizar o trabalho. Em contrapartida, o consumo consciente dos “ricos” começou a exigir responsabilidade social dos entes que manipulam a riqueza (Tódero, M., Macke, J., & Biasuz, T. S., 2011).

Assim o trabalho foi escrito baseado nos preceitos do estudo exploratório, por meio de uma pesquisa bibliográfica, que, segundo Gil (2008, p.50), “é desenvolvida a partir de material já elaborado, constituído de livros e artigos científicos”, de revisão da literatura, com dados e informações colhidas em livros de referência sobre o tema, artigos de periódicos, artigos de jornais, registros históricos, relatórios governamentais, teses e dissertações, transcritos no período de 1991 a 2021, nos idiomas inglês e português. Toda pesquisa levou em consideração os conceitos explorados correlacionando as práticas de mercado e adaptando-os a negócios internacionais; visto que se tem cada vez mais presente os conceitos da globalização, do mercado mundial e empresas se relacionando em praticamente todos os cantos do mundo.

2. DESENVOLVIMENTO

Primeiramente a China buscou relações comerciais com os países africanos, pois passou a ser isolada por alguns Estados do Ocidente; e a África surge, então, como alternativa para absorção dos produtos chineses, além de servir também como um caminho alternativo para suprir a necessidade energética, na década de 1990 (Teles & Souza, 2017). Esta relação não parece ser algo que traga desenvolvimento humano; assim a venda de recursos tal qual o movimento atual no Brasil (Da Rocha, 2016). Movimento advindo com a preocupação com as sociedades internas, em não faltar alimento e assim se levanta uma operação de compra do agrobusiness direto na ponta produtora tirando o máximo de intermediários que conseguem, para baratear o processo.

Isso no caso brasileiro impulsionou parte de uma alta de preços para o mercado interno com o IGP-M entre janeiro e dezembro de 2020, o índice acumulou alta de 23,14% (FGV, 2021). Neste sentido Lumumba-Kasongo (2011) em seu artigo remete a relação China-Africa com uma derivação de neo-colonialismo por conta da exploração de recursos e de um neo-imperialismo, pela indireta força de implantação as características de trabalho dos países africanos. O que Mlambo, *et al* (2016) apresenta como “*China is sapping Africa’s manufacturing potential and also extracting Africa’s resources without any significant benefits to Africa*” contribuindo para o subdesenvolvimento africano.

Porém podemos observar que a China saiu de uma posição de uma 11ª posição do Ranking do FMI (FMI, 1991) para a segunda economia global ainda em 2006 (Nonnenberg, 2010). Sendo que hoje “A China ganhou centralidade no mercado global, como primeiro exportador e segundo importador do mundo - fala-se em mercado “sinocêntrico” (Pamplona & Cacciamali, 2017); e o que foi feito para que este país alcançasse este lugar na economia mundial? Foi uma conjuntura de fatores que não se pode ser replicada, assim a lista de fatores a seguir é um compilado do que se encontra por exemplo:

“O processo de liberalização do sistema de formação de preços, que tem início no setor rural, em 1979. Esses preços, que até então, à semelhança dos demais, eram fixados pelo Governo Central, passaram a abrigo um sistema duplo. O Governo Central fixava a cota de produção que cada comunidade (Township and Village Enterprise) deveria entregar a um preço predeterminado. O restante da produção poderia ser negociado livremente no mercado. A partir daí os preços foram sendo liberalizados gradativamente.” (Nonnenberg, 2010)

O comércio exterior liberalizado, uma das primeiras e mais importantes medidas tomadas após 1978, o que traz a globalização para a China; processo acelerado após a percepção da necessidade de desenvolvimento de um país, até aquele momento basicamente agrícola, com o ingresso na Organização Mundial do Comércio (OMC) em 2001, conforme Acioly (2005).

A criação de Zonas Econômicas Especiais (ZEEs), inspirada pela proximidade com Hong Kong, colônia inglesa naquele momento, hoje já parte integrante da China, porém permanece com uma estrutura mais capitalista que comunista. Se criou quatro ZEEs, em 1980, em Shenzhen, Zhuhai, Shantou e Xiamen. Que passaram a conceder incentivos a indústrias e fábricas; o que permitiu a criação de clusters. Em 1984 o governo percebeu que o teste destas zonas tinha sido um sucesso e criou mais 14 ZEEs semelhantes, ao longo do litoral, atraindo mais investimento direto estrangeiro (IDE) (Acioly, 2005; Nonnenberg, 2010).

Um fator que certamente contribuiu foi o contingente de mão de obra rural que se deslocou para as cidades que tiveram seus salários baixos mantidos, o que hoje é discutido como o dumping social praticado no sudeste asiático, conforme Leal (2014) exemplifica e mostra frente ao quadro jurídico internacional. Sendo a mão de obra um fator importante para qualquer produção de bens, no mercado nacional e internacional, o baixo custo desta também acelerou o IDE no país que ofereceu incentivos a atração de empresas com as ZEEs.

Mas o que atraiu IDE na China? As empresas multinacionais que migraram plantas fabris para às ZEEs, receberam do governo diversos incentivos fiscais, terrenos e edificações, além de poderem contar com o benefício de infraestrutura de energia e transporte e da localização ao lado de fornecedores e de outras indústrias semelhantes, bem como de centros de pesquisa, incubadoras de empresas e laboratórios de ponta; tudo incentivado pelo governo central da China (Acioly, 2005; Nonnenberg, 2010). O que facilitou o transbordamento tecnológico (spillovers) do país; que alterou sua pauta de exportação no longo deste plano de desenvolvimento do país.

Diante disso o governo central da China cria políticas de incentivo à inovação e à transferência e geração de ciência e tecnologia, pesquisa e desenvolvimento que estiveram ligadas aos IDEs. Conforme Nonnenberg (2010) “durante vários anos, a permissão ou o incentivo a empresas estrangeiras esteve condicionado a compromissos no sentido de realização de transferência de tecnologia ou de abertura de centros de P&D no país”.

Porém por outro lado a China apresenta ausência de proteção à propriedade intelectual, e quais riscos isso implica? As empresas multinacionais eram obrigadas a conviver com um sócio local, para ter os incentivos todos que eram concedidos, conforme supracitado. Com essa questão do sócio local ocorreu a apropriação legalizada pelo governo, porém entrando em uma linha tênue de “espionagem industrial” do conhecimento tecnológico transferido para produzir por conta própria, em outra empresa, produtos similares por preços inferiores.

Agora a China traz seu plano de se consolidar como potência econômica global, com a diplomacia da infraestrutura para escoar sua produção. Com obras como o canal interoceânico da Nicarágua, com orçamento previsto de US\$ 50 milhões e 278 quilômetros de extensão; criar a One Belt, One Road (A Nova Rota da Seda), que fica evidência a criação de um eixo comercial internacional oriental; conforme Cintra & Pinto (2017):

“O presidente Xi Jinping, em novembro de 2013, anunciou a “obra do século 21” denominado o Cinturão Econômico da Rota da Seda (Silk Road Economic Belt), que objetiva estabelecer uma infraestrutura de grande escala - uma malha ampliada de trens de alta velocidade, estradas, redes elétricas, cabos de fibra óptica e sistemas de telecomunicações, oleodutos, gasodutos etc. - para abrir novos corredores comerciais por terra e por mar - Rota da Seda Marítima (Maritime Silk Road) - por toda a Eurásia. Trata-se de articular, sobretudo, três cinturões (rodoviário, ferroviário e marítimo) que ligarão a China à Europa, passando por 21 países (ampliando as conexões com as economias do Leste da Ásia, Sul da Ásia, Ásia Central e Golfo Pérsico).¹¹ Os portos construídos no Leste da Ásia e Oceano Índico (Bangladesh, Sri Lanka, Birmânia e Paquistão) serviriam para impulsionar o comércio por mar. Constitui, portanto, iniciativas que alavancam o papel do país no comércio e nas finanças mundiais”(Cintra & Pinto, 2017)

Ainda existem outros projetos que estão em andamento, ou concluídos, uma autoestrada, estimada em US\$ 4 bilhões, de Kunming, capital da Província de Yunnan, à capital da Tailândia, Bangkok; integrando a ponta do sudeste asiático; sendo este parte do programa de desenvolvimento do Grande Mekong (China,

províncias de Yunnan e Guangxi, Mianmar, Laos, Tailândia, Camboja e Vietnã) apoiado pelo Banco Asiático de Desenvolvimento (ADB) do qual a China aloca o maior volume de recursos. O corredor econômico China-Mianmar-Bangladesh-Índia que será composto por autoestrada e outras infraestruturas que será a ponte entre Kunming e Calcutá, na Índia. Outro projeto que a China financia é o oleoduto e um gasoduto que já ligam Kunming a Kyaukphyu, no litoral de Mianmar (Baía de Bengala). Outro projeto de grande porte asiático é “o corredor econômico China-Paquistão, que obteve uma linha de crédito de US\$ 46 bilhões para projetos de infraestrutura - energia, rodovias, ferrovias e modernização do porto de Gwadar” (Cintra & Pinto, 2017).

A expansão chinesa com a nova Rota da Seda, traz a influência que segundo Lumumba-Kasongo (2011) se aplica um neo-imperialismo da China com potência econômica influenciando a questão de países que são mais avessos a hegemonia americana ou que foram negligenciados. Ou como o caso do continente africano que só alguns pontos são importantes, devido a recursos naturais se tem a aplicação de um neo-colonialismo.

Hoje em 2021 no cenário atual da pandemia a política da “Nova Rota da Seda” (One Belt, One Road), “tem concedido ou prometido centenas de milhões de dólares em empréstimos ou subsídios para a construção de usinas de geração de energia elétrica, gasodutos, portos, aeroportos e ferrovias em 138 países da África, da Ásia, da Europa e da América Latina” (Navas 2020). De onde se pode observar que a diplomacia de do presidente Xi Jinping, é com base no auxílio a infraestrutura de mercados, para que possam fluir seus insumos e produtos da maneira mais rápida possível.

Se observa nitidamente que o interesse chinês é com eles próprios, em manter níveis de alimentos da população, recursos naturais e matéria-prima para abastecimento das plantas fabris e a demanda de seus produtos ao redor do mundo. Fato este pode ser notado pôr a China ser um dos maiores detentores do mundo da dívida americana, financiando em parte a economia do país para manter os níveis de compras de seus produtos (Campos, 2019).

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Compreende-se que os objetivos da economia chinesa é a ampliação de seu mercado consumidor internacional, viabilizando o recebimento de matéria-prima e escoamento de sua produção. Hoje a China não é mais só um país pequeno agro-exportador mas uma economia que disputa o primeiro lugar de potencia mundial com a economia americana.

Visto o explanado acima se percebe a ambição da China em ser a maior potência mundial, por ameaçar vender os títulos da dívida americana, o que poderia gerar efeitos muito ruins na economia global; isso durante a guerra comercial entre Xi Jinping e Donald Trump em 2019. E diante a menor participação dos EUA na economia global, a China se mostra a próxima grande potência internacional, explorando os recursos dos demais países (Da Rocha, 2016; Lumumba-Kasongo, 2011; e Mlambo *et al.*, 2016) e abrindo espaço no comércio com América Latina, África e Europa.

Conclui-se que há expansão chinesa está entre os principais parceiros comerciais de países da América do Sul e do mundo. O que a torna indispensável ao ser considerada em qualquer estratégia de desenvolvimento para um país (Pamplona & Cacciamali, 2017). Porém o campo de atuação chines é muito amplo e aqui basicamente retratamos uma parcela da importância deles no mercado mundial, ainda permanecendo muitos campos para análises e estudos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Acioly, L. (2005). **China: uma inserção externa diferenciada**. Economia Política. Disponível em: <<http://www.econ.unicamp.br/docprod/downarq.php?id=104&tp=a>>. Acesso em 08 de fevereiro de 2021
- Campos, E. (2019) Pode a China vender seu estoque de US\$ 1 trilhão em dívida americana? Disponível em: <<https://www.seudinheiro.com/2019/mercados/pode-a-china-vender-seu-estoque-de-us-1-trilhao-em-divida-americana/>>. Acesso em 08 de fevereiro de 2021
- Cintra, M. A. M., & Pinto, E. C. (2017). **China em transformação: transição e estratégias de desenvolvimento**. Brazilian Journal of Political Economy, 37(2), 381-400. Disponível em: <https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0101-31572017000200381&script=sci_arttext>. Acesso em 08 de fevereiro de 2021
- Da Rocha, F. F. (2016). Acesso chinês a recursos naturais na América Latina. Disponível em: <<https://www.ie.ufrj.br/images/IE/PPGE/disserta%C3%A7%C3%B5es/2016/Felipe%20Freitas%20da%20Rocha%20.pdf>>. Acesso em 08 de fevereiro de 2021
- Dominiquini¹, E. D., Vailatti, D. B., & Filho, O. S. **Empresas Transnacionais, Mercado De Consumo Na Globalização e Segregação Populacional**. REVISTA SABER ACADÊMICO, 57. Disponível em: <https://uniesp.edu.br/sites/_biblioteca/revistas/20200122105254.pdf#page=59>, acessado em 29 de janeiro de 2021
- FGV, Fundação Getúlio Vargas (2021) **IGP-M: Resultados 2020**, Disponível em: <<https://portal.fgv.br/noticias/igp-m-resultados-2020>>, acesso em 04 de fevereiro de 2021
- FMI (1991), **Annual Report 1990**, Disponível em: <<https://www.imf.org/external/pubs/ft/ar/archive/pdf/ar1990.pdf>>, acesso em 08 de fevereiro de 2021
- Gil, A. C. (2008) **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social** (6ª ed.). São Paulo: Atlas.
- Leal, K. K. C. B. R. (2014). **Dumping social nas relações de trabalho na China em face do quadro jurídico internacional**. Disponível em: <<https://bdtd.ucb.br:8443/jspui/handle/123456789/314>>, acesso em 08 de fevereiro de 2021
- Lumumba-Kasongo, T. (2011). **China-Africa relations: A neo-imperialism or a neo-colonialism? A reflection**. *African and Asian Studies*, 10(2-3), 234-266. Disponível em: <https://brill.com/view/journals/aas/10/2-3/article-p234_8.xml>. Acesso em 04 de fevereiro de 2021
- Mlambo, C., Kushamba, A., & Simawu, M. B. (2016). **China-Africa relations: What lies beneath? The Chinese Economy**, 49(4), 257-276. Disponível em: <<https://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/10971475.2016.1179023>>. Acesso em 04 de fevereiro de 2021
- Navas, M. E. (2020) **Nova Rota da Seda: como a pandemia de coronavírus ameaça a maior iniciativa de política externa da China**. Disponível em <<https://www.bbc.com/portuguese/internacional-53152473#:~:text=Considerada%20um%20dos%20projetos%20de,Europa%2C%20C3%81frica%20e%20Am%C3%A9rica%20Latina.>> Acesso em 10 de fevereiro de 2021
- Nonnenberg, M. J.B. (2010). **China: estabilidade e crescimento econômico**. Brazilian Journal of Political Economy, 30(2), 201-218. Disponível em: <https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-31572010000200002&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 08 de fevereiro de 2021
- Pamplona, J. B., & Cacciamali, M. C. (2017). **O paradoxo da abundância: recursos naturais e desenvolvimento na América Latina**. Estudos Avançados, 31(89), 251-270. Disponível em: <https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-40142017000100251&script=sci_arttext>. Acesso em 08 de fevereiro de 2021
- Souza, M. De A. C.; Teles, L. M. (2017) **A política externa da China, as relações com a África e a problemática dos direitos humanos**. Fronteira: Revista de Iniciação Científica em Relações Internacionais, v. 14, n. 27-28, p. 69-88, 2017. Disponível em: <<http://200.229.32.55/index.php/fronteira/article/download/12862/11151>>. Acesso em 08 de fevereiro de 2021
- Stiglitz, J. E. (2002). **A globalização e seus malefícios**. São Paulo: Futura, 2(2).
- Teles, L. M., & Souza, M. D. A. C. (2017) **A política externa da China, as relações com a África e a problemática dos direitos humanos**. Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais Curso de Relações Internacionais, 69. Disponível em: <<http://200.229.32.55/index.php/fronteira/article/download/12862/11151>>. Acesso em 08 de fevereiro de 2021
- Tódero, M., Macke, J., & Biasuz, T. S. (2011). **O consumo consciente e a relação com as ações de responsabilidade social empresarial**. Revista de Gestão Social e Ambiental, 5(1).